

A NOÇÃO DE ENUNCIADO NA ANÁLISE DISCURSIVA FOUCAULTIANA E A POSSIBILIDADE DE UMA CONCEPÇÃO DE LEITURA OUTRA

THE NOTION OF STATEMENT IN FOUCAULDIAN DISCOURSE ANALYSIS AND THE POSSIBILITY OF AN ALTERNATIVE CONCEPTION OF READING

Katia Menezes de Sousa
UFG

Antônio Fernandes Júnior
UFCAT

Humberto Pires da Paixão
IFGO

Resumo: Este artigo propõe-se a depreender, da teoria do enunciado de Michel Foucault, em sua pesquisa arqueológica, a concepção de leitura e interpretação que se eleva da prática de análise do discurso por ele proposta e, a partir daí, entrever outras possibilidades de práticas, seja na escola ou na vida cotidiana, que problematizem as concepções de leitura já descritas e/ou aceitas na sociedade. Na primeira seção, são apresentadas as concepções discursivas de leitura, passando, rapidamente, pelas concepções tradicionais que embasam, ainda, o ensino da leitura nas escolas e as discussões acadêmicas, ou mesmo as justificativas de sua prática no cotidiano dos brasileiros. A segunda seção é dedicada à teorização de Michel Foucault sobre o enunciado em sua função enunciativa, pois pode estar ali, em sua proposta de como descrever enunciados, uma possibilidade de entender o ato da leitura de uma outra forma e, portanto, anunciando uma outra concepção de leitura.

Palavras-chave: Leitura. Enunciado. Michel Foucault

Abstract: *This article proposes to infer, from Michel Foucault's theory of statement, in his archaeological research, the conception of reading and interpretation that arises from the practice of discourse analysis proposed by him and, from there, to glimpse other possibilities of practices, whether at school or in everyday life, that problematize the reading concepts already described and/or accepted in society. In the first section, the discursive conceptions of reading are presented, passing quickly through the traditional conceptions that also support the teaching of reading in schools and academic discussions, or even the justifications for its practice in the daily lives of Brazilians. The second section is dedicated to Michel Foucault's theorization about the statement in its enunciative function, as it may be there, in his proposal on how to describe statement, a possibility of understanding the act of reading in another way and, therefore, announcing another reading design.*

Keywords: *Reading. Statement. Michel Foucault*

Considerações iniciais

Este texto tem por objetivo principal depreender, da teoria do enunciado de Michel Foucault, em sua pesquisa arqueológica, a concepção de leitura e interpretação que se eleva da prática de análise do discurso por ele proposta e, a partir daí, entrever outras possibilidades de práticas, seja na escola ou na vida cotidiana, que problematizem as concepções de leitura já descritas e/ou aceitas na sociedade. Nossa questão envolve, portanto, a discussão de outras formas de pensar a leitura que fujam da ideia de que interpretar seja descobrir o que se dizia no que era dito, para seguir o fio da finalidade da análise do discurso, colocada por Foucault (1995, p. 32) e formulada da seguinte maneira: “que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?”

Essa questão própria da análise do discurso foucaultiana exige, para que seja colocada em prática, a suspensão de sínteses cristalizadas, de agrupamentos já aceitos antes do exame dos enunciados, de certas ligações já admitidas de saída, das formas que ligam entre si o pensamento dos homens e seus discursos. Rejeitando todas as unidades já admitidas, a análise de discursos aparece com uma finalidade diferente que, de forma resumida, propõe olhar o enunciado em seu próprio e singular acontecimento, buscar as condições que permitem essa emergência e sua existência, colocar os limites nessas condições de possibilidade e definir as correlações que o liga a outros enunciados e a outras formas de enunciação que ele exclui.

Diante da elaboração teórica-metodológica de Foucault acerca da descrição daquilo que é dito, seja na forma escrita ou falada, que contraria as teorias de leitura e interpretação já reconhecidas e validadas, apresentamos, num primeiro momento, as concepções discursivas de leitura, passando, rapidamente, pelas concepções tradicionais que embasam, ainda, o ensino da leitura nas escolas e as discussões acadêmicas, ou mesmo as justificativas de sua prática no cotidiano dos brasileiros. Neste último ponto, se delinea o principal problema que justifica nosso exercício de reflexão neste texto: a existência de enunciados de desinformação e sua reprodução coletiva que desconsidera a possibilidade de se tratarem de enunciados que induzem a erros ou a uma falsa imagem da realidade. As explicações para tais interpretações se dão desde o apelo a um discurso de autoridade, pelo fato de o enunciado ter sido pronunciado por alguém do mesmo grupo ideológico, à crença na coerência do próprio texto em que o enunciado emerge, passando, ainda, pela justificativa de que o leitor, em seu ato, tenha a liberdade de pensar da mesma maneira que expressa o enunciado. Essas explicações nos levam à constatação de que as justificativas dos leitores em relação a enunciados de desinformação não se distanciam das concepções de leitura e interpretação já discutidas no meio acadêmico ou colocadas em prática nas atividades escolares.

Essas constatações nos conduzem à segunda seção deste texto, na qual percorremos a teorização de Foucault (1995, p. 111) sobre o enunciado em sua função enunciativa, função esta que “não pode se exercer sobre uma frase ou proposição em estado livre”, acreditando poder estar ali, em sua proposta de como descrever enunciados, uma possibilidade de entender o ato da leitura de uma outra forma e, portanto, anunciando uma outra concepção de leitura. Inicialmente, podemos adiantar que a função enunciativa, como descrita por Foucault (1995), especifica as condições

segundo as quais um enunciado é colocado em jogo para dar, a uma série de signos, uma existência em uma relação com um domínio de objetos, para indicar as posições subjetivas possíveis para um sujeito, para situar o enunciado em um campo de coexistência e alojá-lo em um espaço no qual será acatado, utilizado e repetido.

Interessa a essa discussão, ainda, a exposição de Foucault (1995, p. 126) sobre a análise enunciativa se manter “fora de qualquer interpretação”. Neste ponto da discussão, ele, além de afirmar que “a análise enunciativa é, pois uma análise histórica”, também cita as ideias de interpretação que sua análise rejeita: “às coisas ditas, não pergunta o que escondem, o que nelas estava dito e o não-dito que involuntariamente recobrem, a abundância de pensamentos, imagens ou fantasmas que as habitam.” (Foucault, 1995, p. 126). Acreditamos que seja possível depreender, do que ele diz em seguida, uma outra possibilidade de conceber a prática da leitura/ interpretação se considerarmos que a análise enunciativa pergunta às coisas ditas “de que modo existem, o que significa para elas o fato de se terem manifestado, de terem deixado rastros e, talvez, de permanecerem para uma reutilização eventual; o que é para elas o fato de terem aparecido – e nenhuma outra em seu lugar” (Foucault, 1995, p. 126).

É nesse sentido que propomos este artigo, acreditando que Foucault esboça, como na citação anterior, a sua ideia do que seja descrever/interpretar o que é dito, concluindo que “aquilo a que nos dirigimos está na evidência da linguagem efetiva” (Foucault, 1995, p. 126).

Duas expressões nos chamam a atenção em sua teorização: “as coisas ditas” e “evidência da linguagem efetiva”, e é no curso *Foucault: as formações históricas*, ministrado por Gilles Deleuze um ano após a morte de Foucault, que encontramos uma cuidadosa exposição do que significa colocar em prática as questões e os posicionamentos teóricos e metodológicos que envolvem as expressões. Assim, recorreremos também a Deleuze (2017), principalmente, a suas formulações desenvolvidas em torno das ideias de que a condição para a existência do enunciado é um “há linguagem”; que o enunciado remete a um “fala-se” e não a uma “personologia linguística” do “eu e do “tu” (Deleuze, 2017a, p. 17); e que há um primado do enunciado, sendo os objetos, os conceitos e o sujeito funções derivadas dele.

Considerando todas essas noções e suas implicações nas relações entre enunciados e os sujeitos derivados dessas relações, esperamos alcançar uma outra possibilidade de compreender o ato de ler.

1. Concepções de leitura

Com o propósito de fazermos uma incursão no universo da leitura de forma mais horizontalizada e resumida, pode-se dizer que as diversas concepções sobre leitura variam em consonância com as diferentes concepções de língua/linguagem que as sustentam, bem como com a relevância dada a determinado elemento - e não a outros - que compõe, por assim dizer, o próprio ato ou processo de leitura. Do ponto de vista das perspectivas mais tradicionais, as quais têm sido historicamente privilegiadas nas práticas escolares e mesmo acadêmicas, essa centralidade ora recai sobre o autor, ora sobre o leitor, ora sobre o texto.

Nesse sentido, pode-se identificar uma concepção cujo foco se volta para o autor, conferindo-lhe protagonismo quanto à atribuição de sentido ao texto. Sendo tal perspectiva fortemente embasada numa percepção da língua tomada como algo transparente e inequívoco, como “espelho” do mundo ou expressão pura do pensamento, a leitura é concebida como atividade que busca captar as ideias que o autor intencionalmente as coloca no texto: “Quem é o autor?” e “O que ele quer dizer?” são questionamentos normalmente levantados nesse tipo de intervenção e funcionam como indicativo de que os leitores atuam como meros espectadores em busca do sentido que foram depositados no texto por seu autor. Por tal motivo, pode-se constatar que se trata, na prática de leitura por esse viés empreendida, em des-cobrir (= remover a cobertura) ou des-vendar (= retirar a venda) o sentido, o que lhe configura uma visão essencialista da leitura (Coracini, 2005), a qual encontraria sua completude com o advento do encontro dessa essência que, em tese, carrega.

Além dessa, uma outra concepção atrelada em grande medida à perspectiva estruturalista da língua, isto é, à visão de que a concebe como um sistema fechado e autossuficiente, atribui destaque à imanência do próprio texto entendido como uma espécie de “entidade autônoma”. Sob tal ótica, o texto fechado em si mesmo contém respostas às questões cruciais sobre o que e como ler, numa espécie de hermenêutica devotada à leitura que emerge da/na linearidade do próprio texto. Nesse caso, ao privilegiar a estrutura – da língua e, por conseguinte, do texto – parte-se da ideia da possibilidade de desmembramento de algo maior em partes menores para que esse todo seja apreendido, excluindo, como decorrência dessa mesma operação, qualquer possibilidade de consideração dos sujeitos/das subjetividades envolvidos/as e constituintes de todo o processo.

Para além de tais propostas, uma outra perspectiva se constitui não mais para exaltar o autor ou glorificar o texto, mas para conferir relevância aos leitores, ou seja, a língua tomada numa acepção que a percebe como forma ou meio de comunicação abre portas para se pensar também o leitor como protagonista em seu contato com o texto, optando este por certas coisas que um texto diz ou mesmo, em última instância, por ler o que nem sequer nele esteja dito, conferindo-lhe contornos até mesmo de uma superinterpretação. Garante-se, pois, autonomia ao que o leitor vê ou lê no texto e, para além do fato de que seja possível, nesse caso, leituras que independem da inscrição desses sentidos no texto, o que chama atenção aqui é o fato de o leitor ser percebido como “sujeito ativo de um processo cognitivo, mental, para cuja consecução colaboram os conhecimentos adquiridos” (Coracini, 2005, p. 21).

Somada a essas visões mais usuais ou tradicionais, faz-se necessário ainda acrescentar uma outra perspectiva sobre leitura e língua/linguagem cujo foco recai sobre a interação. Na perspectiva interacional, o texto é o espaço em que se dá o diálogo e a construção dos interlocutores, quer dizer, o lugar em que os sujeitos executam um trabalho ou uma construção ativa de si mesmos e do sentido do próprio texto. A leitura concebida a partir dessa concepção, é entendida como uma atividade interativa complexa de produção de sentidos e que, apesar de calcada na materialidade linguística, requer, no interior do evento comunicativo, a mobilização de um conjunto de conhecimentos/saberes. (Koch & Elias, 2011).

Tecendo críticas contra o olhar interacionista da leitura, Coracini (2005) afirma que, sob

tal ótica, autor e leitor são concebidos e tratados de uma forma idealista – o que implica lidar com imagens ideais ou idealizadas: um bom leitor e um bom autor –, e trabalham para atingirem uma consciência igualmente ideal. Ainda de acordo com as críticas endereçadas pela mesma autora a tal enfoque, “considera-se, nessa visão, é bem verdade, a possibilidade de algumas leituras, mas estas dependeriam prioritariamente do texto e, de modo indireto, do autor, que as autoriza ou não” (Coracini, 2005, p. 21).

Como é possível deduzir, nenhuma dessas concepções se mostrou suficientemente capaz de fornecer respostas mais contundentes à questão da leitura de modo a poder lidar com os sentidos “em pleno voo”; ao contrário, muitas delas fomentaram novos e complexos dilemas. Daí que, representando outra concepção de linguagem, que passa necessariamente pela interação, mas inscrevendo-a na história, linguagem essa que não é encarada como algo estável e muito menos seguro, entra em cena a perspectiva da Análise do Discurso Francesa, cujo objetivo é compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, marcada pela opacidade e equívocidade, constituindo, assim, como seu nome aponta, um novo objeto de estudo: o discurso. Aqui vale uma ressalva acerca do grande número de aspectos que, em geral, a questão da leitura evoca em si mesma e, em particular, no âmbito dessa episteme: “nem tudo o que originalmente se disse sobre esse ponto no interior da AD pode continuar a ser invocado literalmente, assim como se pode afirmar com certeza que nem todas as questões relevantes da leitura foram abordadas pela AD.” (Possenti, 2009, p. 10)

No interior da abordagem histórico-discursiva, interessa-nos a visada/perspectiva que tem buscado aporte nos pressupostos teóricos de M. Foucault e, por tal razão, pode ser concebida pela alcunha Análise do Discurso de orientação foucaultiana. Sob tal ótica, o que ganha relevância é a centralidade enunciativa, isto é, os enunciados como ponto de partida e de chegada para a análise, que se constitui como uma descrição de relações entre enunciados componentes dos discursos que emergem e circulam num dado momento histórico e num dado grupo social. No texto intitulado “Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia”, Michel Foucault (2000, p. 93) faz a seguinte proposição:

trata-se de apreender o enunciado na estreiteza e na singularidade de seu acontecimento; de determinar as condições de sua existência, de fixar da maneira mais justa os seus limites, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados aos quais ele pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação ele exclui. [...] A questão própria da análise do discurso poderia ser formulada da seguinte maneira: qual é essa irregular existência que emerge no que se diz – e em nenhum outro lugar?

Numa relação complexa como essa, além dos aspectos discursivos (dizibilidades) e não discursivos (visibilidades), também é levada em conta relações outras com o que é exterior aos discursos: as forças que compõem o fora em relação ao saber e que, em linhas gerais, podem ser identificadas com o poder e as resistências. Nessa arqueogenealogia foucaultiana, que busca descrever as

relações, o par poder-saber faz emergir e constitui um outro elemento, que compõe uma trindade: o sujeito. Dessa forma, saber-poder-sujeito constituem-se em eixos sobre os quais os estudos e as pesquisas nesse campo trilham com o intuito de entender o funcionamento dos discursos que compõem e criam o mundo e, por conseguinte, nós mesmos.

Vale mencionar que alguns trabalhos que evocam as contribuições foucaultianas para a análise do discurso têm sido desenvolvidos no âmbito acadêmico brasileiro, como é o caso, por exemplo, das pesquisas desenvolvidas por Curcino, no Laboratório de Estudos da Leitura (CNPq/UFSCar). A pesquisadora tem procurado enfatizar os discursos que são produzidos e/ou atualizados sobre a prática da leitura em estudos que “visam a melhor compreender o impacto e o alcance dessas formas de enunciar a leitura” (Curcino, 2022, p. 02) ou ainda sobre discursos consensuais/hegemônicos sobre tal prática e representações (idealizadas) sobre o sujeito leitor (Curcino, 2020). Nossa proposta para pensar a leitura/interpretação, apesar de também calcada no quadro teórico-metodológico de base foucaultiana, segue caminho diverso, como poderá ser visto a seguir.

2. As propriedades do enunciado em Foucault e a prática da leitura

Antecipando o ponto de chegada que pretendemos alcançar com a exposição sobre o primado do enunciado na análise discursiva foucaultiana, defendemos que a prática de ler não poderia ser admitida e, conseqüentemente, teorizada como processo centrado no texto, ou no autor, ou no leitor, ou na interação entre eles. A proposta que colocamos para apreciação é resultante de uma operação de desdobramento da noção de enunciado, que é norteadora das pesquisas e escritos de Michel Foucault, por tratar o enunciado como a unidade elementar do discurso, mas, principalmente, como uma função que atravessa as unidades estruturais, de expressão e de sentidos, fazendo com estas existam concretamente em determinadas épocas e em certos domínios. Considerar a leitura e/ou a interpretação como centradas no enunciado nos parece uma concepção plausível, quando entendemos as propriedades que o definem, ou seja, o exercício de sua função enunciativa, “em suas condições, nas regras que a controlam e no campo em que se realiza” (Foucault, 1995, p. 99). Nesse sentido, podemos nos apoiar na crença explicitada por Courtine (2023) sobre a existência do grande potencial ainda não devidamente explorado na proposta arqueológica, visto que os deslocamentos realizados na leitura da *Arqueologia* na época da construção da Análise do Discurso francesa foram insuficientes para a produção de todos os seus efeitos nos trabalhos formulados e, “em boa medida porque nossa incorporação do pensamento de Foucault foi muito rapidamente criticada e recusada, em benefício da problemática althusseriana da ideologia, de um lado, da concepção linguística da discursividade, de outro” (Courtine, 2023, p. 62).

Esses dois lados, conforme pode ser depreendido das concepções de leitura apresentadas na seção anterior, fundamentaram e dividiram as teorizações defendidas por algumas concepções, fazendo crer que a interpretação de algo dito por escrito ou oralmente fosse resultado do que autor quis dizer, conforme seu posicionamento ideológico, sua intenção ou o contexto situacional de sua enunciação e o contexto; do trabalho do leitor, realizado conforme seu conhecimento

linguístico ou de mundo, sua aceitabilidade da informação ou do posicionamento do locutor, suas experiências individuais; da interação entre autor e leitor, considerando, também, os fatores linguísticos e textuais, históricos, sociais, ideológicos, psicológicos etc. Resumindo e estendendo a discussão de Courtine (2023), a leitura, em seu ensino e teorização, passou por tentativas de explicá-la ora pela separação entre a dimensão histórica e a condição linguística dos enunciados, ora pela relação entre elas. Em sua releitura de *A Arqueologia do Saber*, Courtine (2023, p. 60) defende que a arqueologia “permite ainda não somente distinguir o plano histórico de formação do enunciado do plano situacional da enunciação, mas também de articulá-los”. É essa articulação que nos inquieta, quando refletimos sobre as práticas decorrentes da leitura de notícias falsas ou de desinformação durante a pandemia da Covid-19 e as manifestações golpistas após as eleições de 2022, para citar dois casos notórios no Brasil.

Sem entrar na exemplificação de fatos ocorridos e que ainda ocorrem em relação aos dois casos, dado ao curto espaço de discussão oferecido por um artigo, pelo que pudemos observar, o modo de interpretar, de acatar e de reproduzir as falsas informações, e suas justificativas, principalmente em redes sociais, não se distanciam das concepções em que se baseiam as práticas de leitura na escola ou as teorias discutidas no exercício acadêmico. As justificativas se ligam desde a visão mais tradicional da decodificação, de expressão do pensamento do autor, da mensagem codificada, chegando a concepções de algumas linhas textuais e discursivas com a intenção do falante, o conhecimento compartilhado e de mundo, as formações ideológicas determinantes, a construção interativa de sentidos. Vimos pelas redes sociais que uma grande parcela da população, se avisada que estava compartilhando e disseminando informações falsas ou *fake News*, respondia que acreditava na informação por ela ter sido comunicada num site de notícias, ou porque a informação foi dada por uma autoridade temente a Deus, zeloso da família e defensor da pátria, ou por um médico, ou porque acredita que há várias formas de interpretar, e que o leitor tem a liberdade de escolher a sua conforme suas crenças, valores, visão de mundo, ou ainda pelo fato de muitas pessoas estarem dizendo a mesma coisa. Diante de enunciados como esses, a nossa pergunta se volta à questão: o que é, de fato, ler e interpretar? Afinal, se tais coisas puderam ser ditas é porque existe algo que dá condições para que sejam ditas e existam. Esse é o primeiro ponto que deve ser colocado para a leitura e análise dos enunciados de desinformação, ou seja, interpretar as interpretações, conduzidos pela pergunta: “como ocorre que tal enunciado tenha surgido e nenhum outro em seu lugar?” (Foucault, 2000, p. 92).

Se o que apresentamos na escola e nos cursos de formação de professores sobre a leitura reaparece nas explicações e práticas de interpretação da população para justificar sua adesão aos discursos de ódio às minorias, à negação da ciência, à crença em privilégios e favorecimentos de alguns escolhidos como merecedores e no necessário apagamento de outros marcados como pessoas do mal, estamos diante da urgência de rever as concepções de ensino da leitura. Talvez, devêssemos considerar mais cuidadosamente a proposta de Foucault de apagar unidades previamente dadas, como origem do dito, autor, o não-dito secreto, mentalidade de época, para descrevermos o enunciado em seu momento, “em sua irrupção de acontecimento; na pontualidade em que ele aparece e

na dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até em seus menores traços [...]” (Foucault, 2000, p. 91). Descartando as unidades já dadas, é possível encontrar um domínio, conforme Foucault (2000), constituído pelo conjunto de enunciados que efetivamente puderam ser ditos, e a interpretação se voltar à busca por entender por que o enunciado efetivamente produzido não poderia ser diferente do que é e o modo como ele exclui outros enunciados.

O enunciado efetivamente dito, portanto, “é único como qualquer acontecimento”, como explica Foucault (2000, p. 93), que, por isso, “nem a língua nem o sentido podem de fato esgotar”, visto que os enunciados só possam ser reportados a um domínio de memória pelo fato de existirem como elemento numa série ou como um nó numa rede (Foucault, 1995). Courtine (2023) destaca que, com a noção foucaultiana de enunciado, torna-se possível articular a análise linguística da enunciação situada num tempo e espaço determinados de uma formulação discursiva com a constituição histórica de um sistema de formação dos enunciados.

Diante do exposto e de nossas práticas de interpretação já admitidas, poderíamos entender essa constituição histórica do sistema de formação dos enunciados na forma de unidades já dadas previamente, mas não é esse o caso com Foucault e, talvez o que explique a sua rejeição ao termo interpretação. Em sua concepção, o enunciado tanto se liga a situações que o despertam e a consequências que ele ativa, quanto a enunciados que o precedem e o sucedem (Foucault, 1995). Analisar enunciados, nesse sentido, seria descrever um jogo de “relações que devem ser estabelecidas – sem passar pela forma geral da língua, nem pela consciência singular dos sujeitos falantes – no campo dos acontecimentos” (Foucault, 2000, p. 94). Nessas relações, não há previamente o elemento secreto, misterioso ou invisível, pois ele foi formado por enunciados já formulados, e “não é uma interpretação que poderia fazê-las [as relações] emergir, mas sim a análise de sua coexistência, de sua sucessão, de seu funcionamento mútuo, de sua determinação recíproca, de sua transformação independente ou correlativa” (Foucault, 2000, p. 94). Num jogo de palavras, talvez com ironia, Foucault (2000, p. 95) completa dizendo que já que a consciência não pode estar presente na descrição do que está ausente, essas relações invisíveis formam o que poderia ser chamado de inconsciente, não do sujeito falante, mas da coisa dita”.

Deleuze (2017b, p. 10), na quarta aula do curso *Foucault: as formações históricas*, dirá que “haverá uma grande congregação da linguagem que corresponderá à linguagem de uma época ou da formação” [histórica]. Podemos dizer com ele que interpretar um texto, frases, palavras é encontrar enunciados, pois o material linguístico analisado está ligado a “um há linguagem”, ou a “um fala-se”, ou a “um ser-linguagem”, que “é uma maneira pela qual a linguagem se congrega em tal ou qual formação” [histórica] (Deleuze, 2017b, p. 09). O “há linguagem” é o que força o material linguístico em análise a se abrir e mostrar os enunciados que, caso contrário, continuariam invisíveis. Assim como Foucault se referiu a uma espécie de inconsciente da coisa dita, Deleuze fala de um “há linguagem” como “um a priori histórico” (Deleuze, 2017b, p. 17), porque é a condição para a existência do enunciado.

Nesse sentido, Foucault (1995, p. 126) esclarece que, em sua descrição de enunciados, não

examina as performances verbais para encontrar atrás delas, ou debaixo de sua aparente superfície, um elemento oculto, um sentido secreto ali escondido e que possa ser sugerido por elas, todavia, “o enunciado não é imediatamente visível”, ele “é, ao mesmo tempo, não visível e não oculto”. A análise enunciativa por ele proposta “só pode se referir a coisas ditas, a frases que foram realmente pronunciadas ou escritas [...] e, mais especificamente, a essa singularidade que as faz existirem, as oferece à observação, à leitura, a uma reativação eventual”. Analisa-as, assim, no nível de sua existência, porque foram ditas. Explicitando sua discordância com a forma pela qual a interpretação é concebida, indica o que já está consolidado como sendo interpretação e nos deixa uma outra possibilidade de realizá-la:

A análise enunciativa é, pois, uma análise histórica, mas que se mantém fora de qualquer interpretação: às coisas ditas, não pergunta o que escondem, o que nelas estava dito e o não-dito que involuntariamente recobrem, a abundância de pensamentos, imagens ou fantasmas que as habitam; mas, ao contrário, de que modo existem, o que significa para elas o fato de se terem manifestado, de terem deixado rastros e, talvez, de permanecerem para uma reutilização eventual; o que é para elas o fato de terem aparecido – e nenhuma outra em seu lugar. [...] aquilo a que nos dirigimos está na evidência da linguagem efetiva (Foucault, 1995, p. 126).

Comentando que essa ideia de Foucault é plena em nuances, Deleuze (2017c, p. 20), na segunda aula, avisa que é preciso ter duas coisas em mente: “cada época, cada formação histórica, diz tudo e mostra tudo”; e “as visibilidades e os enunciados não são dados imediatamente, é preciso extraí-los”. Considerando esses dois aspectos, o professor Deleuze demonstra com exemplos que nos enunciados não há segredo e não há nada oculto, e que, sendo assim, seria ingênuo dizer que os políticos mentem, pois tudo está dito, apesar de invisível em determinado enunciado. Portanto, para ler o que dizem, não significa ter de desbloquear o segredo, mas desbloquear as regras às quais este tipo de enunciado obedece. Com outro exemplo, conclui que “longe de ocultar os objetivos do fascismo e seus meios, Hitler é o introdutor e o inventor de um regime de enunciados que reconheceremos, a partir daí, sob a forma de enunciados nazistas ou mesmo fascistas”. Na sequência faz uma constatação que, para nosso problema atual relativo ao que se convencionou chamar de postagens de “desinformação”, parece indicar que a saída para tal problema está na própria prática da leitura e na busca por mais informações: “Por isso é tão interessante ler jornais, porque de alguma forma tudo é dito, não há segredo” (Deleuze, 2017c, p. 23). Se queremos encontrar os enunciados, não podemos, portanto, ficar apenas nos relatos que nos chegam com *fake News* ou mentiras. “Difícil é encontrar os enunciados lá onde estão” é uma regra do método de Foucault, conforme Deleuze (2017c, p. 38), que nos mostra que os enunciados estão em algum lugar, cabendo a nós encontrá-los.

Mas como identificar o enunciado? Foucault (1995), após informar que o enunciado é uma função e que é esta função, em seu exercício e em suas condições, que precisamos considerar, diz ser inútil procurar o enunciado junto às unidades de signos, pois ele é o que faz com que existam tais conjuntos de signos e permite que as regras de construção se atualizem. Ou seja, o enunciado é o que é dito e o que pode ser dito, mas há propriedades que o definem. A função enunciativa “se

apoiar em conjuntos de signos, que não se identifica nem com a ‘aceitabilidade’ gramatical, nem com a correção lógica” (Foucault, 1995, p. 133), e que requer, para se realizar um referencial, um sujeito, um campo associado e uma existência material.

O referencial do enunciado não é o que conhecemos como referente, porque não é constituído de coisas, seres ou fatos, “mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas” (Foucault, 1995, p. 104). Como explica Deleuze (2017d), um enunciado não se separa de sua relação com outros enunciados e nem das funções derivadas dele, o lugar do sujeito, o lugar do objeto e do conceito. Podemos dizer que o referencial dá lugar ao “há linguagem”. Por exemplo, durante as manifestações golpistas após a eleição presidencial/2022, tivemos notícias, com imagens, de que manifestantes, revoltados com o resultado das eleições, pediram socorro a extraterrestres com celulares voltados para o céu¹. Após a circulação dessa notícia, houve divulgação de que se tratava de *fake News*², já que não poderia ser afirmado, pelas imagens, que estavam tentando se comunicar com extraterrestres. Se se trata de mentira ou não, o que importa é que todos esses enunciados encontraram possibilidades para emergirem³. Os enunciados contam com referencial, e isso precisa ser considerado. Discutindo um exemplo trabalhado por Foucault (1995), Deleuze (2017d, p. 23) mostra que “A montanha de ouro está na Califórnia” se trata de uma frase obscura, absurda, mas se torna “um enunciado porque não basta invocar a ficção em geral, é preciso especificar a que regras precisas esta invenção específica (A montanha de ouro está na Califórnia) obedece como ficção geológica ou geográfica”. Em nosso exemplo, é preciso considerar as regras da ficção da salvação eterna, e, portanto, também não podemos invocar um mundo da ficção em geral, pois o objeto do enunciado não é mais geral do que o próprio enunciado, ele está no mesmo nível do enunciado e dele deriva (Deleuze, 2017d). O referencial do enunciado, também, constrói um princípio de diferenciação de objetos e sujeitos, que dele derivam e, nos exemplos citados, esse processo separa os “cidadãos de bem”, portadores da verdade, de outros cidadãos, vistos como ameaça ou portadores do mal.

O enunciado tem um sujeito, mas que não se confunde com a consciência que fala ou com o autor da formulação. O sujeito é uma posição que pode ser ocupada, sob certas condições, por diferentes indivíduos (Foucault, 1995). O sujeito do enunciado não é aquele que estamos acostumados a invocar nas leituras escolares em que aparece como sendo idêntico ao autor da formulação, ou como o que está na origem do foi dito, ou apenas considerado em sua intenção, mas “é um lugar determinado e vazio que pode ser ocupado por indivíduos diferentes” (Foucault, 1995, p. 109). Como uma função derivada do enunciado, a descrição enunciativa consiste “em determinar qual é a

1. Informação disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/11/21/grupo-de-bolsonaristas-faz-circulo-com-luzes-em-porto-alegre-e-pede-para-que-general-olhe-por-eles.ghtml>. Acesso em 20/05/2023.

2. Consultar: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/hashtag/2022/11/em-porto-alegre-patriotas-com-celulares-na-cabeça-pedem-socorro-a-luzes-que-surgiram-no-ceu.shtml>. Acesso em 20/05/2023.

3. Vários exemplos poderiam ser elencados sobre os discursos e práticas de desinformação que emergiram durante a pandemia no Brasil e, dentre eles, destacamos o episódio que associa o ato de tomar a vacina à possibilidade de se transformar em jacaré. Ficção ou não, tiveram condições históricas para emergir, circular, e conduzir condutas. Esse episódio pode ser visualizado em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/12/18/bolsonaro-sobre-vacina-de-pfizer-se-voce-virar-um-jacare-e-problema-de-voce.htm>. Acesso em 20/05/2023.

posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito” (Foucault, 1995, p. 109). Nesse sentido, Deleuze (2017a, p. 17) afirma que “Foucault desenvolverá uma teoria do ‘se’, infinitamente mais profunda que o ‘eu’ ou o ‘tu’”, com a fórmula “fala-se”, que não é o começo da linguagem, mas a possibilidade de qualquer sujeito poder ocupar lugar definido pelo “murmúrio anônimo”, pelo enunciado. No exemplo anterior, não sabemos quem são os indivíduos que estavam naquele grupo pedindo ajuda aos extraterrestres, mas, pela rede enunciativa na qual vieram a tomar lugar, foram chamados de golpistas, bolsonaristas, sujeitos só conhecidos a partir dos acontecimentos discursivos e dos enunciados que ganharam existência.

Não se confundindo com o contexto real de uma formulação e nem com a situação na qual foi articulada, o campo associado é um domínio de coexistência para outros enunciados. Retomando nosso exemplo, não será a cidade ou o tipo de reunião que darão condições de existência ao acontecimento e aos enunciados ali formulados e os que lhes sucederam. No ato de ler será necessário considerar que o enunciado em questão “tem sempre margens povoadas de outros enunciados” (Foucault, 1995, p. 112) e buscar os outros que estão no seu entorno, coexistindo, antecedendo e sucedendo. Como demonstrará Deleuze (2017d), o enunciado tem por regra a heterogeneidade e não se separa de sua relação com outros enunciados. São regras de passagem e são elas que vão definir o domínio associado.

O enunciado tem uma materialidade que não é apenas o suporte da formulação, mas é o que o faz aparecer como um objeto específico e paradoxal, com um *status*, que entra em redes discursivas, se colocando em campos de utilização, se oferecendo a modificações e transferências possíveis, se integrando em operações onde sua identidade se mantém ou se apaga, podendo, assim, circular, servir, se esquivar, entrar na ordem das contestações e das lutas, tornar-se tema de alinhamento ou de rivalidade (Foucault, 1995).

Após essa breve descrição das propriedades do enunciado, acreditamos que, para atender aos objetivos deste artigo, seja produtivo considerar com Foucault (1995, p. 139) que, “além dos enunciados serem coisas que se transmitem e se conservam, que têm um valor”, que sofrem apropriações, são repetidas e transformadas, também “são desdobradas [...] pela exegese, pelo comentário e pela proliferação interna do sentido”, apontando que há uma raridade efetiva dos enunciados. É a existência da raridade que permite a aceitabilidade de todas essas interpretações. Diferentemente dessas formas de interpretação, Foucault (1995) propõe a procura pela lei da pobreza do enunciado efetivo para fazer com que o discurso deixe de ser o que era para a atitude exegética: “tesouro inesgotável de onde se pode tirar novas riquezas, providência que sempre falou antecipadamente e que faz com que ouça oráculos retrospectivos”, para fazê-lo aparecer como algo que tem suas regras de aparecimento e suas condições de apropriação e de utilização.

Para finalizar esta seção, podemos considerar que o enunciado, assim visto e tratado, se constitui numa potência capaz de apresentar outras possibilidades para a leitura nas escolas e universidades. Uma possibilidade é que pode haver uma prática de “rachar as palavras”, como tão bem demonstrou Deleuze (2005), para encontrar os enunciados que entram na rede discursiva da desinformação que circula, para que não seja preciso esperar que uma agência de checagem publique

que a informação se tratava de *fake News*. É urgente que encontremos formas de sair da passividade de apenas culpar o conteúdo mentiroso, quando podemos, com a leitura, buscar as informações, os acontecimentos, os enunciados que permitiram a disseminação da mentira e, mais importante, o cálculo de sua certa aceitação. O espaço acadêmico e a escola são locais de leitura e de perceber que não é possível dizer qualquer coisa em qualquer época e lugar. Talvez seja esse um dos caminhos para a formação de alunos autônomos e, por consequência, claro, após um bom tempo, cidadãos mais independentes na busca pelas regras históricas que possibilitaram a existência daquilo que é dito.

Considerações finais

Este texto partiu de uma problemática específica, vinculada à elaboração de uma outra concepção do ato de leitura, oriunda das reflexões sobre enunciado em Michel Foucault. Nossa hipótese foi a de pensar que a teoria do enunciado, exposta pelo filósofo e elencadas ao longo deste artigo, nos direcionou à elaboração de outra perspectiva de leitura, que se constrói das/nas relações que o enunciado estabelece com outros enunciados, com os conceitos, objetos, referencial e lugares de sujeito que dele derivam. Essa constatação em si já basta para nos afastarmos de algumas perspectivas de leitura, ainda vigentes, que pensa o ato de leitura atrelado ao autor (intenções, status, autoridade), a liberdade do leitor ou na interação texto e leitor, pois a análise discursiva foucaultiana busca se distanciar do sentido escondido, inesgotável ou oculto, para se alçar a descrição, na “evidência da linguagem” ou na superfície do que é dito, das regras de formação dos discursos e das condições históricas que atestam a possibilidade de se ler/falar/se posicionar de determinada forma. Assim, objetos, coisas e sujeitos são, na perspectiva foucaultiana, derivadas de práticas objetivadas, por meio da qual se apreende que formação de um objeto de discurso não existe fora de um regime de práticas que o constitui, e para cada prática de leitura produzida, haverá um objeto e um sujeito correlato, por meio das diferentes formas de condutas assumidas e praticadas, no campo da leitura, durante a pandemia ou no período eleitoral de 2022, no Brasil. Se o enunciado se caracteriza por aquilo que foi efetivamente dito, as práticas correspondem ao que as pessoas fazem e pensam, ou seja, ao que é praticado (Veyne, 1998).

Conforme anunciado, Foucault crítica o postulado interpretativo para defender o discurso enquanto prática, com domínios práticos limitados, cujas fronteiras, regras de formação e condições de existência dos enunciados têm suas fronteiras situadas em um “há linguagem” ou em “fala-se”, correspondente aos limites de cada formação histórica. Nas palavras de Deleuze, as formações históricas são delimitadas pelas condições do que se pode dizer (regime de enunciados) e ver (regime de dizibilidades) de cada momento. De forma mais incisiva, esse autor afirma que “cada formação histórica vê e faz ver tudo o que pode, em função de suas **condições de visibilidade**, assim como diz tudo o que pode, em função de suas **condições de enunciado**” (Deleuze 2017a, p. 63. Grifo nosso). O destaque à palavra “condição” corresponde ao que Foucault delimita como “condições de existência dos enunciados” e “regras de formação dos discursos”, conforme discutido na seção II deste artigo.

Esses apontamentos reforçam o nosso esforço de problematizar o ato da leitura no fio dos discursos de desinformação contemporânea, com o intuito de indicar que diferentes notícias, dentre elas, as falsas notícias ou *fake News* têm condições específicas de existência na atualidade, a partir das condições de dizibilidade e visibilidade que as atravessam. Dessa forma, a pista deixada por Courtine (2023) foi crucial para reiterar nossa proposta, qual seja, a de refletir sobre outras concepções de leitura, assegurada pela teoria do enunciado em Foucault, cujos impactos podem contribuir para o ensino nas escolas, nas universidades ou na vida cotidiana, como forma de problematizar as práticas de leitura vigentes e propor outros modos de ler e analisar discursos.

Esse direcionamento teórico-metodológico implica a constatação de que “a análise enunciativa é, pois uma análise histórica” (Foucault, 1995, p. 126), e essa forma de análise de discurso requer um trabalho de descrição dos enunciados (conversão do olhar) que formam os consensos sobre determinada forma de ler (os discursos de desinformação na atualidade), buscando ler, na relação entre os enunciados (o dito, o já-dito), que compõem esse discurso, bem como as regras de formação dos mesmos e suas condições específicas e históricas de existência. Dessa forma, a compreensão dos dispositivos de poder-saber que produzem determinado consenso (verdades), historicamente produzido sobre as práticas de leitura, deve se estender da análise do enunciado (unidade mínima) aos dispositivos (instituições, processos econômicos, políticos, discursos etc.) que incidem sobre a construção de determinada forma de ler e os de lugares de sujeito que (re)produzem, e faz circular, modos de ler e interpretar em dada formação histórica, tendo sempre como ponto de partida, que essas formas de ler e os lugares de sujeito que leem como leem derivam do enunciado e dos discursos que os sustentam. Portanto, a leitura, em uma perspectiva foucaultiana, não busca desbloquear o segredo escondido nos enunciados ou por trás deles, mas desbloquear as regras às quais determinados enunciados obedecem.

Referências

CORACINI, M. J. R. F. Concepções de leitura na (pós)modernidade. In: PASCHOAL LIMA, R. C. C (Org.). *Leituras: múltiplos olhares*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São João da Boa Vista, SP: Unifeob, 2005.

COURTINE, Jean-Jacques. *Corpo e discurso: uma história de práticas de linguagem*. Petrópolis. RJ: Vozes, 2023.

CURCINO, Luzmara. Leitores orgulhosos, Leitores envergonhados: as emoções em discursos sobre a leitura. *Álabe – Revista de Investigación sobre Lectura y Escritura*, Red Internacional de Universidades Lectoras – Espanha, n. 25, p. 1-14, 2022.

CURCINO, Luzmara. Infames e penetras no universo da leitura: princípios da arqueologia foucaultiana em uma análise de discursos sobre essa prática. *Moara*, Belém, v. 1, n. 57, p. 74-91, 2020.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles. *Michel Foucault: as formações históricas*. Aula 3. Tradução de Cláudio Medeiros e Cláudio A. Marino. São Paulo: Politéia, 2017a.

DELEUZE, Gilles. *Michel Foucault: as formações históricas*. Aula 4. Tradução de Cláudio Medeiros e Cláudio A. Marino. São Paulo: Politéia, 2017b.

DELEUZE, Gilles. *Michel Foucault: as formações históricas*. Aula 2. Tradução de Cláudio Medeiros e Cláudio A. Marino. São Paulo: Politéia, 2017c.

DELEUZE, Gilles. *Michel Foucault: as formações históricas*. Aula 5. Tradução de Cláudio Medeiros e Cláudio A. Marino. São Paulo: Politéia, 2017d.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao círculo de epistemologia*. In: _____. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. v. II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 82- 118. (Coleção Ditos Escritos).

KOCH & ELIAS, V M. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2011.

POSSENTI, Sirio. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História; Foucault revoluciona a História*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p.239-285.

Katia Menezes de Sousa

Possui graduação em Letras/Português-Inglês (UFG), Mestrado em Letras e Linguística (UFG) e Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa (UNESP). Estágio pós-doutoral na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora da Universidade Federal de Goiás, com vínculo no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Líder do Grupo Trama: Laboratório de Pesquisas e Estudos Discursivos.

Antônio Fernandes Júnior

Possui graduação em Letras pela(UFU), Mestrado e Doutorado (2007) em Estudos Literários (UNESP). Professor da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), atuando na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem.

Possui graduação em Letras/Português (PUCGO) e em Direito (UFG), Especialização em Leitura e produção de texto (UFG), Doutorado e Mestrado em Letras e Linguística (UFG). Técnico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFGO).

Recebido em 01/06/2023.

Aceito em 10/08 /2023.